



NOVO REGIME DE FLEXIBILIZAÇÃO DA IDADE DE ACESSO À PENSÃO DE VELHICE

Decreto-Lei n.º 119/2018, de
27 de Dezembro

O Decreto-Lei n.º 119/2018, de 27 de Dezembro veio instituir um regime de flexibilização da idade de acesso à pensão de velhice e procede à alteração de um conjunto de artigos do Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de Maio.

O presente diploma refere-se ao conceito de “**idade pessoal** de acesso à pensão de velhice”, que permite a redução da idade de acesso à pensão em vigor (a idade normal de acesso à pensão de velhice é de 66 anos e 5 meses - Portaria n.º 25/2018, de 18 de Janeiro), em 4 meses por cada ano civil, aos beneficiários que tenham, pelo menos, 60 anos de idade e 40 anos de carreira contributiva.

Por hipótese, um beneficiário com 60 anos e 47 anos de carreira contributiva ($7 \times 4 \text{ meses} = 28 \text{ meses}$), pode reformar-se, sem penalizações no valor da pensão, aos 64 anos e 1 mês.

No regime anterior, a idade de acesso à pensão de velhice tinha por referência a idade inferior ou superior a 65 anos, podendo o beneficiário requerer a sua antecipação quando tivesse, pelo

Idade pessoal e idade normal de acesso à pensão de velhice.

Permite-se a redução da idade de acesso à pensão em vigor em 4 meses por cada ano civil.

menos, 55 anos de idade e desde que tivesse completado 30 anos de registo de remunerações relevantes para cálculo da pensão.

Com o regime previsto no presente Decreto-Lei, os beneficiários **passam, assim, a poder requerer a pensão de velhice**, desde que tenham, cumulativamente:

1. Pelo menos **60 anos de idade; e**
2. **40 ou mais anos de registo** de remunerações relevantes para cálculo da pensão.

De acordo com o presente diploma, os beneficiários com carreiras contributivas muito longas ou que tenham iniciado a sua carreira contributiva muito jovens, passam a poder aceder à pensão de velhice, sem penalizações no montante das pensões, desde que tenham:

1. Idade igual ou superior a 60 anos; **e**
2. 48 anos civis de registo de remunerações relevantes ao cálculo da pensão; **ou**
46 anos, quando tenham iniciado a carreira contributiva com idade inferior a 17 anos no regime geral da segurança social ou no regime de protecção social convergente.

*Carreiras
contributivas
muito longas*

De acordo com diploma ora em vigor, as contagens especiais de períodos de actividade, para efeitos de cálculo das pensões previstas em normas de segurança social inseridas em diplomas que definem os estatutos profissionais de certas actividades, não relevam para o cômputo dos anos civis com registo de remunerações nas **pensões de velhice por carreiras contributivas muito longas**.

Para além disso, o novo regime estende à pensão de velhice por carreiras contributivas muito longas, a **proibição** prevista para a pensão antecipada de velhice, **de acumulação de rendimentos provenientes de exercício de trabalho ou actividade**, na mesma empresa ou grupo empresarial, por um período de três anos a contar da respectiva data de acesso.

No que diz respeito à “*redução da pensão de invalidez relativa por efeito da acumulação*”, o quantitativo mensal dos rendimentos do trabalho passa a corresponder não só ao valor da remuneração declarada pelo pensionista, mas também a oficiosamente apurada pela entidade gestora das pensões.

O presente Decreto-Lei entrou em vigor de uma forma faseada:

1. A partir do dia **1 de Janeiro de 2019** para os beneficiários com idade igual ou superior a 63 anos e cujas pensões tenham início a partir daquela data
2. A partir de **1 de Outubro de 2019** para os restantes beneficiários, cujas pensões tenham início a partir daquela data.

*Entrada em
vigor em 2
fases*

Assim, aos beneficiários que não reúnam as condições de acesso ao novo regime, aplica-se o regime em vigor em 31 de Dezembro de 2018.

O presente resumo do Decreto-Lei n.º 119/2018, de 27 de Dezembro, não dispensa a consulta do texto integral do diploma, não constituindo o mesmo aconselhamento jurídico.



[Rui Esperança](#)



[Carolina Boullosa Gonzalez](#)



[Bruna Pinto](#)